

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DE APOIO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Relatório das atividades desenvolvidas

Introdução

O Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, tem como propósito garantir o processo de identificação das barreiras à aprendizagem, a operacionalização da diversidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, o acompanhamento e monitorização da aplicação das mesmas, numa abordagem multinível, contínua, relevando o percurso escolar dos alunos, independentemente do seu percurso familiar, capacidades, país de origem, género, etc, e o seu perfil à saída da escolaridade obrigatória. Estas abordagens, decorrentes das orientações da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), constituem um apoio à ação dos docentes.

Nos casos de alunos com maiores dificuldades no acesso ao currículo, cabe à Equipa Multidisciplinar, identificar as barreiras à aprendizagem com que o aluno se confronta, propondo estratégias para as ultrapassar e explorando as suas potencialidades. A resposta organizativa, numa perspetiva inclusiva, cada vez mais presente no nosso Agrupamento, e prevista nos documentos estruturantes do Agrupamento, é facultada pelo Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA). Este recurso organizacional insere-se no contínuo de respostas educativas disponibilizadas pela escola, constituindo uma das estratégias de efetiva melhoria das aprendizagens e de promoção do sucesso escolar.

Assim sendo, este relatório descreve as atividades realizadas pela Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva, do Agrupamento de Escolas Gaia Nascente, ao longo do ano letivo 2022-2023, assim como do Centro de Apoio à Aprendizagem e das respostas facultadas aos alunos e respetivos professores. Importa salientar que, relativamente à constituição da equipa permanente e ao ano letivo anterior, apenas se verificou a alteração da coordenadora do Serviço de Psicologia e Orientação, passando a representar este serviço a psicóloga Marta Mendes Ferreira.

A equipa deixou ainda de contar com a presença das técnicas colocadas pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, no âmbito Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE), uma vez que este foi dado como concluído pela autarquia.

Atividades desenvolvidas

Ao longo deste ano letivo, os elementos permanentes da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva reuniram com regularidade semanal ou quinzenal, tendo-se realizado dezasseis reuniões entre vinte de outubro e vinte e quatro de julho. Algumas reuniões integraram elementos variáveis para discussão de pedidos relativos à implementação de medidas educativas por parte dos docentes ou de pais; outras contaram com a presença de elementos do gabinete de mediação, a coordenadora da saúde ou técnicos de clínicas particulares que dão apoio a alunos, entre outros.

Durante os meses de maio e junho, realizaram-se reuniões com elementos da Equipa Local de Intervenção Precoce e pais de crianças que vão integrar turmas do agrupamento no próximo ano letivo. Nas situações em que se concluiu ser necessária a implementação de medidas seletivas, os respetivos Relatórios Técnico-Pedagógicos ficaram todos concluídos, e serão submetidos à apreciação do Conselho Pedagógico durante o mês de julho.

Importa ainda referir uma série de atividades que procuraram responder a necessidades internas de funcionamento, assim como dificuldades vividas por alunos, docentes ou outros, a saber:

- Alteração do Regimento Interno;
- Articulação sistemática com outros docentes e com a direção para auscultação de propostas e sugestões em relação à logística da EMAEI;
- Orientação das situações dos alunos em ensino doméstico com perfil no âmbito da multideficiência, assim como dos alunos em casa por situações de risco de saúde física;
- Reuniões sistemáticas com parceiros e técnicos, fundamentalmente dos Centros de Recursos para a Inclusão da CERCI-Gaia e da APPACDM, na implementação dos Planos Individuais de Transição de alguns alunos;
- Articulação com o Centro de Recursos TIC, em pedidos de avaliação de alunos para atribuição de tecnologias de apoio e balanço da utilização dos materiais atribuídos;
- Articulação regular com a Equipa Local de Intervenção Precoce (ELI);
- Articulação regular com professores da Educação Especial e do ensino regular;
- Reuniões com os docentes dos diversos níveis de educação e ensino para acompanhamento e reflexão do trabalho realizado, com vista à preparação das respostas educativas facultadas aos alunos;

- Incentivo à reflexão e partilha nos grupos de ano e conselhos de turma, no âmbito da implementação de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, com base no Regimento Interno da EMAEI;
- Levantamento de alunos com necessidade de beneficiar de terapias do Gai@prende+ e articulação com o departamento de educação da Câmara Municipal para monitorização dos progressos destes alunos;
- Práticas de despiste individual realizadas pelas docentes de educação especial, durante o mês de junho, junto de todos os alunos do 2º, com o objetivo de organizar os apoios a facultar aos alunos, no próximo ano;
- Manutenção das atividades de promoção da fluência leitora junto de alunos de 3º que, nas avaliações do ano letivo transato, revelaram acentuadas dificuldades nesta área;
- Consolidação da implementação do Centro de Apoio à Aprendizagem, levada a cabo pela sua coordenadora, em constante articulação com as coordenadoras da EMAEI, de departamento e de diretores de turma.

Identificação de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão

Quanto à análise de pedidos ou sinalizações realizadas, foram analisados os pedidos referentes a 79 crianças/alunos, desde o pré-escolar ao 3º ciclo do ensino básico; 19 destas crianças/alunos tinham já pedidos de intervenção da EMAEI em anos anteriores e 60 foram novos casos. Daqui resultou a tomada de decisão relativa à implementação de medidas seletivas de apoio à aprendizagem e à inclusão, para quarenta e cinco crianças/alunos, o que indica novamente uma subida relativamente ao ano transato, em que se verificou a elaboração de trinta e nove decisões favoráveis; e ainda a implementação de medidas adicionais para onze alunos que passaram a usufruir de adaptações curriculares significativas, correspondendo também a um acréscimo em relação ao ano anterior em que foram validada a elaboração do Programa Educativo Individual para apenas dois alunos.

Para dar resposta a estes pedidos a EMAEI solicitou avaliações aos diversos parceiros, nomeadamente: de docentes de educação especial, no âmbito da avaliação especializada; avaliações da situação pelo SPO; cinco processos de avaliação formal pelas técnicas de Centro de Recursos para a Inclusão (CRI) da CERCI-Gaia, quatro no âmbito da avaliação psicológica e duas avaliações em terapia da fala.

A equipa emitiu ainda alguns pareceres positivos relativamente à implementação de adaptações em situação de avaliação, interna ou externa, para alunos com dislexia, hiperatividade com ou sem défice de atenção e problemáticas no domínio da saúde física, nomeadamente diabetes. Daqui resultou a aplicação

de adaptações, nas provas de avaliação externa, para quarenta e sete alunos, sendo trinta e seis nas provas de aferição do 2º (11), 5º (14) e 8º (11), anos; nove alunos nas provas finais de 9º ano; e dois alunos do ensino secundário que beneficiaram de adaptações. Nesta dimensão voltamos a salientar o elevado número de pedidos de leitura orientada dos enunciados das provas, pelo que no próximo ano iremos proceder à avaliação da fluência leitora dos alunos que frequentam anos de escolaridade nos quais existe um processo de avaliação externa.

Promoção de competências de fluência leitora no 1º ciclo do ensino básico

Tendo em conta as ações no âmbito do desenvolvimento de competências de leitura junto dos alunos do 1º ciclo, e no que respeita à fluência leitora, na sequência do despiste realizado no final do ano letivo transato junto dos alunos do segundo ano de escolaridade, em cinco das seis escolas do primeiro ciclo do agrupamento (apenas não se realizou em Vilar por decisão da professora titular), no início do segundo semestre procedeu-se à intervenção junto dos alunos com mais dificuldades.

Neste processo, foram envolvidos trinta e três alunos e dez professoras de educação especial que, em vinte e quatro horas de redução do artigo setenta e nove do Estatuto da Carreira Docente, exploraram dez textos em dez semanas, com uma regularidade bissemanal, em sessões de cinquenta minutos cada. Os alunos foram reavaliados com os mesmos instrumentos no final da intervenção, verificando-se ganhos em praticamente todos os alunos, com o valor de progresso mais baixo de quatro pontos e de quarenta e oito pontos para o mais alto.

Procedendo-se à média do progresso de todos os alunos, de salientar que atingiu os vinte pontos. Existem algumas situações pontuais (três alunos) de não progresso ou até de agravamento de competências leitoras que irão merecer uma análise individualizada das situações no início do próximo ano. Tendo em conta os progressos dos alunos e a satisfação generalizada dos professores titulares, o projeto irá manter-se no próximo ano letivo. Neste momento está já concluído o despiste universal aos alunos do segundo ano e as propostas dos alunos a serem alvo de intervenção será enviada aos titulares, ainda durante o mês de julho, prevendo-se o início da intervenção para a segunda quinzena do mês de outubro.

Em relação ao despiste universal junto dos alunos do 2º ano de escolaridade, foram avaliados 139 alunos de todas as escolas do agrupamento, verificando-se que a média do agrupamento ao nível da fluência leitora está cinco pontos abaixo da média nacional, sendo esta diferença de apenas um ponto no que respeita à precisão. Estes dados devem-se essencialmente a uma das turmas que revela grandes

dificuldades nesta área, com uma média de 42 pontos no que respeita à fluência, ou seja, vinte e um pontos abaixo da média nacional.

Globalmente os dados revelam 19 alunos com índices de fluência inferiores a 40, estando identificados para intervenção durante o primeiro semestre; e 14 alunos cujo índice de fluência fica abaixo de 50, com intervenção programada para o segundo semestre; num total de 33 alunos em condições de usufruírem de intervenção. Parece-nos ainda relevante referir cerca de 10 alunos não são elegíveis para intervenção, pois apresentam níveis de fluência abaixo de 15 pontos, denotando-se necessidade de manter uma abordagem no domínio da descodificação.

Por fim, importa ainda destacar que em todas as turmas existem alunos com índices de fluência e precisão muito acima da medida nacional, com resultados entre os 95 e os 135 pontos na primeira, e ao nível dos 100% na segunda.

O Centro de Apoio à Aprendizagem

O CAA AEGN continuou a procurar dar respostas educativas que incluíssem todos os alunos, procurando promover e apoiar o acesso à formação, bem como a participação social e vida autónoma. A sua ação foi diversificada, dando resposta às necessidades do agrupamento, nomeadamente:

- Suporte aos docentes responsáveis pelo grupo-turma (diretor de turma/Conselho de turma; professor/educador titular de turma/Conselho de Docentes);
- Apoio individual ou em pequeno grupo para os alunos que requerem um nível de intervenção seletivo ou adicional, por docente de educação especial, ou o apoio educativo, complementar ao trabalho realizado em contexto de sala de aula (assegurado por docentes de diferentes áreas disciplinares) e tutorias;
- Apoiar a inclusão das crianças e jovens no grupo/turma (incluindo os alunos das valências de apoio especializado) e nas rotinas e atividades da escola, designadamente através da diversificação de estratégias de acesso ao currículo;
- Promover e apoiar o acesso à formação, ao ensino superior e à integração na vida pós-escolar em articulação com o Serviço de Psicologia e Orientação e outras estruturas de apoio (por exemplo, parceiros na realização dos Planos Individuais de Transição (PIT), para os alunos com medidas adicionais);
- Promover e apoiar o acesso ao lazer, à participação social e à vida autónoma, em parceria com as Bibliotecas Escolares, no incentivo a Atividades Extracurriculares e Projetos, ao Desporto Escolar e ao fomentar a cidadania ativa;

➤ Para os alunos a frequentar a escolaridade obrigatória, cujas medidas adicionais de suporte à aprendizagem sejam as previstas nas alíneas b), d) e e) do n.º 4 do artigo 10.º, é garantida, no centro de apoio à aprendizagem, uma resposta complementar ao trabalho desenvolvido em sala de aula ou noutros contextos educativos, com vista à sua inclusão (por exemplo, no desenvolvimento de áreas curriculares específicas, como atividades de vida diária, ou na implementação de aprendizagens substitutivas).

Ao longo do ano o CAA articulou, de forma efetiva, com os responsáveis por cada grupo, departamento, direção e EMAEI, aglutinando um conjunto diversificado de atividades no âmbito das medidas universais de suporte à aprendizagem e à inclusão, das quais salientamos:

- O Enriquecimento Curricular: Apoio ao Estudo, Apoio Educativo, Oficinas, Projetos, Biblioteca Escolar, Desporto Escolar, Clubes;
- A promoção de competências sócioemocionais, em articulação com o Serviço de Psicologia e Orientação, Desporto Escolar, GPI ou Gabinete de Mediação;
- Apoio tutorial preventivo e temporário, com recurso a processos de tutoria, ou o Apoio Tutorial Individual conforme consta do DL 54, constituindo uma medida seletiva de suporte à aprendizagem e à inclusão (por decisão da EMAEI).

No âmbito das Medidas Seletivas (MS), destacamos:

- O Apoio Psicopedagógico facultado pelo Serviço de Psicologia e Orientação do Agrupamento, a articulação com gabinetes externos à escola no apoio em diversas valências, com os Centros de Recursos para a Inclusão da CERCÍ-Gaia ou da APPACDM; a ação dos docentes de Educação Especial e docentes de diferentes grupos disciplinares com horas de apoio a alunos que usufruem de medidas seletivas ou adicionais.

Por fim, relativamente às medidas dicionais (MA):

- A preocupação na promoção do desenvolvimento pessoal e social dos alunos, através de Clubes, do Desporto Escolar (Boccia, Dança), de Projetos, de atividades promovidas pelas bibliotecas do agrupamento, e na ação dos docentes de educação especial nas diversas respostas facultadas aos alunos.

Relativamente aos espaços físicos, o CAA AEGN agrega, atualmente, diversos espaços, sediados nas várias escolas que compõem o agrupamento, onde funcionam as diferentes respostas aos alunos com medidas adicionais, nomeadamente na escola secundária e nas duas escolas básicas do 2º e 3º ciclo, e ainda as três valências de apoio especializado para alunos com multideficiência (1º ciclo na Escola Básica Fernando

Guedes e 2º e 3º ciclo na Escola Básica de Anes de Cernache e do ensino secundário da Escola Secundária Gaia Nascente).

No que concerne a respostas específicas, na sequência da inscrição de seis crianças com diagnóstico de perturbação do espectro do autismo na Escola Básica Fernando Guedes, emergiu a necessidade de encetar esforços para iniciar uma abordagem em ensino estruturado. A sala dois do Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA), foi o espaço físico privilegiado para construir um ambiente de aprendizagem capaz de responder às necessidades desses alunos e aos que, entretanto, passaram a beneficiar de Adaptações Curriculares Significativas, exigindo uma resposta diferenciada e individualizada. Tratando-se de um espaço carente de recursos materiais, foi da responsabilidade das docentes a organização e o apetrechamento da sala, com materiais dedicados, adequados e essenciais ao desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado. Essa carência de materiais foi uma situação que persistiu em vários domínios, até ao término do ano. À exceção de alguns materiais de desgaste, os materiais utilizados ao longo do ano foram, na sua maioria, construídos, comprados e ou emprestados pelas docentes de educação especial responsáveis pelo atendimento a esses alunos. De salientar que a sala apresenta um espaço único, sem uma separação física que permita formar diferentes espaços e ambientes promotores de um efetivo trabalho estruturado e que permita trabalhar, em simultâneo, com diferentes alunos e ou atividades diversificadas. Acresceu a carência ao nível de recursos humanos, em especial no período da tarde, durante o qual não existia qualquer funcionário(a) para dar a devida proteção e assistência às crianças, cujas problemáticas assim o exigiam. Este grupo de crianças permaneceram, muitas vezes, apenas com uma docente, encarregue de lhes dar o apoio especializado e, simultaneamente, prestar os devidos cuidados básicos ao nível da higiene, gestão de comportamento e ou intervenção em momentos de crise. Um dos alunos teve de receber resposta em contexto da valência de apoio especializado, uma tarde por semana, e sempre que houve falta de recursos humanos na sala dois do CAA. De referir ainda que dois destes alunos exigem permanentemente a presença e supervisão de um adulto, ora em contexto de sala de aula, ora em espaços do CAA, pois não só colocam em perigo a sua segurança e a dos colegas, como também não são capazes de adequar o seu comportamento aos espaços, tentando a fuga.

No domínio das respostas educativas específicas e que se pretendem de qualidade, a professora Laura Costa lançou o repto, junto das outras docentes de educação especial que desenvolvem a sua prática pedagógica na Escola Básica Anes de Cernache, de montagem de uma sala snoezelen nesse espaço. Elaborado o projecto, foi apresentado aos órgãos da escola e do agrupamento, tendo obtido a aprovação do director, a concordância da coordenação da escola, do departamento, da associação de pais da EBAC,

do Conselho Pedagógico e do Conselho Geral. Posteriormente procedeu-se ao contacto com algumas empresas e particulares, do que resultaram uma série de dádivas, fundamentais para a angariação de verbas que decorreu de seguida. Efetivamente, feirinha inserida no sarau do agrupamento, surgiu como forma de angariação de fundos a reverter a favor do apetrechamento deste espaço, envolvendo todo o departamento de educação especial de forma positiva e entusiástica, num trabalho de colaboração e cooperação muito relevante. Uma vez que existiam ainda diversos objetos suscetíveis de venda/leilão junto da comunidade educativa, repetiu-se a atividade no dia da sardinhada do agrupamento, do que resultou uma angariação de verbas que permitirão dar início ao projeto. Contudo, porque o orçamento recebido é de cerca de dez mil euros, está prevista a continuidade de atividades que proporcionem a concretização da sala snoezelen.

Como facilmente se percebe, para além destas respostas específicas o CAA do agrupamento funciona em diversos espaços, considerados os mais adequados a cada tipo de ação ou atividade a realizar em cada escola, nomeadamente zonas para partilha de saberes entre os vários docentes, salas de estudo, bibliotecas, salas para apoio mais individualizado ou em grupo, áreas para trabalho específico de terapias, psicologia escolar ou atividades de clubes ou de enriquecimento curricular, entre outras. Integra também espaços onde são proporcionadas respostas educativas aos alunos que a dada altura e, por um espaço de tempo, são alvo de medidas seletivas e universais.

No que se refere ao trabalho desenvolvido, a coordenadora do CAA integra a EMAEI permanente, estando portanto em todas as reuniões, trabalhando colaborativamente, com todos os elementos. Realizou ainda reuniões formais e informais com alguns responsáveis pelas estruturas da escola e coordenadores de estabelecimento, de forma a conhecer qual a perceção que sobre o CAA e saber da possibilidade de contemplar outros espaços escolares, de acordo com as necessidades dos alunos, em função do tipo de trabalho a desenvolver, do tipo de recursos/valências e de áreas específicas, onde será possível atender a pequenos grupos ou a alunos individualmente. Continuaram a alargar-se os espaços alocados ao CAA AGN, relativamente ao ano letivo transato. No início do próximo ano letivo serão revistos todos os espaços e verificada a possibilidade de permanência dos mesmo e/ou acréscimo de novos.

Ainda relativamente aos contactos estabelecidos, foram sendo feitas reuniões com a coordenadora da EMAEI para se definirem critérios de atuação e trabalhar em articulação em relação ao CAA, entre outros assuntos. Relativamente ao Regulamento Interno, o mesmo foi revisto no que se refere ao CAA, depois de enviadas as sugestões de alteração no ano letivo anterior.

Monitorização da implementação da educação inclusiva no agrupamento

Cinco anos após a publicação do decreto-lei, importou perceber as perceções dos docentes, técnicos e não docentes do agrupamento relativamente à implementação de práticas inclusivas nas nossas escolas. Assim, no âmbito das sessões formativas da Rede das EMAEI das escolas associadas ao CFAE Gaia Nascente, pretendeu-se dar continuidade à conceção de instrumentos de monitorização que possam sustentar a recolha de informação e permitam fundamentar a tomada de decisão por parte da EMAEI.

Dando continuidade ao trabalho desenvolvido no ano letivo transato, o grupo de trabalho do AEGN procedeu à elaboração de dois inquéritos por questionário, destinados a aferir as perceções de docentes e técnicos, assim como dos assistentes operacionais, relativas aos processos de implementação de práticas inclusivas no agrupamento. Estes instrumentos foram construídos a partir das propostas que constam no relatório final relativo ao “*Desenho de um sistema de monitorização da implementação do regime jurídico da educação inclusiva em Portugal*”, elaborado pela *European Agency for Special Needs and Inclusive Education* entre junho de 2020 e junho de 2022. Pretendeu-se recolher informação sobre o que entendem os profissionais por Educação Inclusiva; os valores e princípios da Educação Inclusiva; como colaboram entre si os diferentes profissionais; e de que forma está envolvido o Diretor na gestão e no Apoio Educativo aos alunos. Uma vez concluída a sua elaboração, foram transformados num *google forms* e, com a colaboração do Diretor do Agrupamento, foram enviados por email para os grupos de profissionais acima referidos.

Depois de aplicados os questionários, foram analisados os resultados e apresentados no âmbito do trabalho prático da formação das EMAEI, mas também aos docentes presentes nas Jornadas AEGN que decorreram no dia 17 de julho. Por se considerar informação relevante, reproduzimos neste relatório a súmula dos resultados obtidos, embora este processo irá ser alvo de uma análise mais profunda da qual resultará um relatório próprio. Analisados os questionários, importa salientar que, num universo de 225 docentes e técnicos, obtiveram-se 129 respostas; relativamente aos 123 assistentes operacionais que atualmente exercem funções no agrupamento, registaram-se 56 respostas. Quanto ao grupo de recrutamento, dos 129 respondentes constatou-se que 21 pertencem ao grupo 110 e 16 ao grupo 910, ou seja, cerca de 16% relativamente ao primeiro grupo e cerca de 12% para o segundo, no total das respostas. Atendendo ao facto de que ao grupo 110 pertencem 43 docentes e que 21 destes responderam ao questionário, constata-se uma participação de 49%; relativamente ao grupo 910, constituído por 19 docentes, verifica-se que 84% correspondeu ao pedido de preenchimento do questionário.

Cosideramos ainda pertinente referir que em relação à definição de educação inclusiva: 95% dos Docentes e Técnicos e 98% dos Não Docentes, afirma que a EI é um compromisso para eliminar a discriminação e assegurar os direitos dos alunos; 95% dos Docentes e Técnicos concorda que a EI garante o envolvimento dos alunos, tal como 96% dos Não Docentes; 88% dos Docentes e Técnicos e de 94% dos Não Docentes concorda que a EI é um processo que apoia os alunos para adquirirem um nível de educação e de formação que lhes permita uma plena integração social, independentemente da sua condição pessoal e social.

Já no que respeita à segunda dimensão, ou seja, o tipo de informação recebida sobre a educação inclusiva, 57% dos Docentes e Técnicos e 39% dos não docentes concorda que o Ministério da Educação facultou informação clara através de documentos, emails, manuais. No entanto, pareceu-nos relevante observar que cerca de 43% para os primeiros e 61% para os segundos, referiram desconhecer ou não ter tido acesso à informação facultada pelo ME. Verificou-se também que 59% dos Docentes e Técnicos concordam que o racional do Decreto-Lei nº 54/2018 está perfeitamente explicado nos websites das Direções-Gerais do Ministério da Educação, embora cerca de 41% respondeu desconhecer ou não concordar. Ainda neste domínio, 88% dos Docentes e Técnicos concorda com a afirmação de que o agrupamento disponibiliza, no site e na Classroom, a documentação que enquadra o regime jurídico da EI (DL 54, manual de apoio à prática...), verificando-se, contudo, que 12% admite não saber ou não concordar. Já no universo dos Não Docentes, cerca de 20% concorda que lhe foi facultada informação sobre o Decreto-Lei, mas 80% afirma desconhecer ou não concordar.

Por fim, no que concerne à forma como o Diretor está envolvido na gestão e no apoio educativo aos alunos, os respondentes consideram que o Diretor tem um papel preponderante e impulsionador das práticas da educação inclusiva. Efetivamente, cerca de 79% dos Docentes e Técnicos respondeu afirmativamente que o Diretor tem um papel na articulação entre os docentes e outros profissionais e na criação de condições para a colaboração; e cerca de 84% concorda que o Diretor promove comportamentos positivos na escola e na sala de aula, encorajando o respeito mútuo.

Mediante as respostas obtidas e aqui apresentadas, consideramos que importa dar maior visibilidade à informação facultada pela EMAEI no âmbito da educação inclusiva através da classroom, estando ainda prevista a construção de um banco de materiais suscetíveis de serem utilizados nas escolas. Salienta-se ainda a necessidade e importância de ser facultada formação gratuita aos assistentes operacionais. Na verdade, embora sejamos um agrupamento inclusivo, com um Diretor completamente comprometido com as práticas inclusivas, os resultados mostram que os grupos analisados estão ainda distantes das práticas inclusivas e conhecimento do regime jurídico em vigor. Refira-se que desde a publicação do Decreto-Lei nº

54/2018, tem existido formação constante sobre a educação inclusiva, organizadas pelo Ministério da Educação e que releva para a componente científica de todos os grupos de recrutamento. Concluímos ainda que será interessante, no próximo ano letivo, elaborar um outro tipo de questionário que permita perceber melhor as respostas obtidas, assim como auscultar as perceções de alunos e encarregados de educação.

Pontos fortes

Uma vez descritas as atividades levadas a cabo pela equipa, importa evidenciar aquelas que consideramos terem sido pontos fortes, nomeadamente:

- A articulação constante das coordenadoras da educação pré-escolar, 1º ciclo do ensino básico e diretores de turma junto dos respetivos docentes, no esclarecimento de pedidos de ajuda para a EMAEI, ação que facilitou extraordinariamente a tomada de decisão;
- Articulação constante com a comunidade educativa e com diversos parceiros;
- Tomadas de decisão em tempo útil, cumprindo os prazos indicados na legislação, na maior parte dos casos;
- O bom relacionamento e espírito de equipa existente entre os elementos da equipa permanente;
- A elaboração de instrumentos destinados à monitorização da implementação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão definidas, assim como da perspetiva dos pais e dos alunos, e ainda para o despiste universal dos alunos de 6º ano no âmbito das competências de compreensão leitora e de raciocínio matemático.

Propostas para o próximo ano letivo

No sentido de melhorar a ação da EMAEI, consideramos fundamental:

- Na distribuição de serviço docente pelo Diretor, tornar flexíveis os tempos de componente não letiva, resultante da redução do Artigo 79º do ECD, priorizando a ação junto dos alunos com dificuldades, no sentido de proporcionar apoios individualizados e tutorias a alunos sinalizados ao longo do ano letivo;

- Necessidade de reforçar a aquisição de instrumentos de avaliação psicológica e psicopedagógica, agilizando os processos de avaliação especializada, por vezes essencial para uma tomada de decisão sustentada;
- Fortalecer a ligação da EMAEI com os diferentes serviços e medidas de apoio aos alunos (por exemplo, apoios educativos, apoio tutorial específico, e outros);
- Agilizar a comunicação com a comunidade educativa (por exemplo, newsletter, partilha de artigos, memorandos, encontros formativos, etc.). Neste ponto, e como referimos já anteriormente, será utilizada a classroom no sentido de proporcionar o acesso dos docentes a materiais a utilizar nas aulas e a informação de diverso tipo.

Para além de muitos outros aspetos ainda a considerar, consideramos fundamental que se implemente efetivamente os documentos de medição/monitorização do impacto do Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA) na inclusão e aprendizagem de todos os alunos, dados importantes também para a equipa EMAEI, assim como da implementação das medidas seletivas e adicionais. Reiteramos ainda a elaboração de uma grelha, por turma, de monitorização de todas as respostas que são dadas aos alunos, pretendendo-se, desta forma, um conhecimento mais amplo das respostas e condições de que beneficiam.

Por outro lado, perante o elevado número de matrículas de crianças com diagnóstico de perturbação do espectro do autismo, algumas de grau severo, e tendo em conta as necessidades de uma abordagem educativa muito particular, consideramos ser fundamental a existência de uma valência de Ensino Estruturado para 2023/2024, com a conseqüente alocação de recursos materiais e humanos de suporte ao seu funcionamento. Efetivamente, no balanço realizado das ações implementadas durante este ano, as docentes de educação especial envolvidas consideraram que o trabalho a desenvolver no futuro deverá ser sistemático e individualizado, em situação de um para um. Assim, para continuar este trabalho de abordagem ao ensino estruturado, têm de ser garantidos os recursos humanos e materiais, para que se possa realmente dar uma resposta ajustada às solicitações, quer dos alunos que já frequentam a escola, quer daqueles que a escola receberá no próximo. Esta resposta educativa irá funcionar no espaço físico no qual este ano decorreram já atividades dirigidas a estes alunos, na Escola Básica Fernando Guedes. Pretende-se que a abordagem no âmbito do ensino estruturado seja complementar ao trabalho desenvolvido em sala de aula ou noutros contextos educativos, numa lógica de diversificação de estratégias de acesso ao currículo, tendo ainda presente o acesso ao lazer, à participação social e à vida autónoma. Consideramos que as idades precoces são as que mais individualização exigem, mas pela nossa experiência este investimento trará, no futuro, grandes benefícios a estes alunos.

Levando em linha de cota as reflexões feitas nas reuniões da equipa relativamente à necessidade de uma abordagem de carácter preventivo junto das crianças do pré-escolar, está ainda a ser delineado um processo de intervenção. Assim, no início do próximo ano letivo, e no âmbito da componente do artigo setenta e nove das docentes de educação especial irá ser aplicada, às crianças com cinco anos, um instrumento que permita a identificação precoce de risco de dificuldades de aprendizagem no ensino básico, possivelmente com recurso à Missouri KIDS . Pretende-se realizar um despiste universal a todas as crianças que irão iniciar frequência do primeiro ciclo do ensino básico no ano letivo de dois mil e vinte e quatro, dois mil e vinte e cinco. O principal objetivo é o de intervir junto daquelas que revelam maior risco de apresentar dificuldades de aprendizagem.

Para concluir, pretende-se que todas as ofertas e respostas do da EMAEI e do seu CAA convirjam para todos e para cada um dos alunos, a partir de respostas educativas diversificadas, inclusivas e de qualidade, pois consideramos que uma escola inclusiva é aquela que assume as diferenças e as considera como um fator que nos enriquece, muito mais do que nos constrange ou atrapalha.

Oliveira do Douro, 19 de julho de 2023

A Coordenadora da EMAEI

(Paula Cristina Maia)

A Coordenadora do CAA

(Maria do Carmo Cruz)